

UNIDADE PARA RESISTIR, OUSADIA PARA AVANÇAR!

TESES DO MOVIMENTO POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR – MUP

AO 57º CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Conjuntura

Há mais de 11 milhões de pessoas analfabetas no Brasil e os índices de desemprego chegam à casa dos 30% entre jovens. Os níveis salariais estão em queda e já temos mais de 4 milhões de brasileiros trabalhando sob controle de empresas que operam através de aplicativos, como Uber e Ifood. O atual governo tomou posse há sete meses. Como já era esperado, Bolsonaro e sua turma desestabilizam o país cada vez mais, sem apresentar qualquer solução aos reais problemas cotidianos do povo brasileiro. Pelo contrário! O governo está agravando a crise econômica, social e política no país.

O cenário de ataques aos direitos dos trabalhadores e jovens brasileiros não é uma exclusividade do nosso país. A crise sistêmica do capitalismo tem intensificado as disputas, contradições e cisões entre os grandes monopólios nacionais e internacionais. As guerras, o desemprego, a fome, a xenofobia, os golpes políticos, o aumento da exploração e o crescimento da extrema direita têm sido alguns dos efeitos causados pela ofensiva imperialista em todo mundo.

Os centros hegemônicos imperialistas (EUA, União Europeia e seus aliados) atacam diversos povos, saqueiam riquezas de outros países, impõem uma agenda regressiva civilizatória contra os direitos sociais, políticos e trabalhistas no mundo, promovem guerras e controlam quase toda a informação que circula globalmente, através dos monopólios midiáticos. **O Movimento por Uma Universidade Popular se solidariza com todas as juventudes em luta contra o capitalismo e o imperialismo.** Denunciamos os ataques dos centros imperialistas aos povos sírio, palestino, afegão, iraniano e norte-coreano.

No Brasil, os representantes dos capitalistas nem escondem que seus projetos não partem dos interesses populares e nem tem a classe trabalhadora como destino; Ministro da Educação, o economista Abraham Weintraub apresenta como projeto nacional de ensino superior a delegação da responsabilidade para o setor privado, dando total “liberdade pra atingir os seus

objetivos" e reduz toda a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) em apenas "ser aliado nesse processo". Ou seja, o objetivo é o lucro privado e não a educação pública como direito. Recentemente, o Ministro compareceu ao Congresso Brasileiro de Ensino Superior Privado, em Belo Horizonte e fez um apelo a platéia de capitalistas "Os senhores são muito bem-vindos ao MEC, senhores, senhoras com propostas com projetos"!

Weintraub em mais um gesto de laiaio dos interesses do capital, anunciou um plano de cortes nas verbas universitárias que chega a 30%, colocando sob risco de fechamento inúmeras universidades federais, em especial as mais precarizadas e mais recentes. A finalidade desses cortes absurdos é, ao mesmo tempo, um estrangulamento do ensino público e uma valorização do ensino superior privado, representado por conglomerados bilionários.

Mas não é só na educação que crise se apresenta e se aprofunda. As condições de vida dos trabalhadores e da juventude está cada vez mais precária. Os índices de desemprego chegam a números alarmantes, ultrapassando a casa dos 30% entre jovens de 18 a 24 anos. As previsões para o crescimento econômico no país, revisadas já inúmeras vezes, apontam para um pífio 1% de crescimento em um cenário de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira. Levantamentos recentes mostraram que as empresas que operam por meio de aplicativos já empregam mais de 4 milhões de brasileiros sem direitos trabalhistas ou sequer reconhecimento de vínculo trabalhista. Nesse cenário de desolação, precarização do trabalho, desemprego e perda salarial constante, o governo Bolsonaro demonstra estar governando somente para os grandes empresários, principalmente o setor financeiro nacional e internacional.

Bolsonaro governa com base em uma política antinacional de alinhamento total do país aos EUA, se tornando um braço das políticas imperialistas na América Latina. Vem reafirmando sua posição através de seu Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que tem trabalhado incessantemente para minar as relações entre Brasil e Venezuela, como na aceitação, por parte do presidente, das credenciais da falsa embaixadora Maria Teresa Expósito, apontada pelo golpista Juan Guaidó, em detrimento da verdadeira representação diplomática do governo venezuelano.

É também olhando para os vínculos de Bolsonaro com os EUA que podemos entender o processo de ataques midiáticos e políticos sobre a Petrobrás e outras estatais estratégicas. O Brasil precisa garantir sua produção petrolífera a serviço do povo trabalhador e não ligado aos ditames do mercado. Por isso, Bolsonaro e sua equipe econômica trabalham para vender a

Petrobrás para grupos de acionistas e monopólios internacionais de petróleo, como a Shell, a Exxon, BP e Chevron. **A riqueza natural brasileira não pode ser colocada a serviço de acionistas internacionais, deve financiar os investimentos sociais para o povo brasileiro! Por isso, nós do MUP defendemos a estatização de todos setores da Petrobrás que foram vendidos nos últimos anos e o repasse de 50% dos royalties do Pré-sal para o financiamento da universidade pública brasileira, em ensino, pesquisa e permanência!** A universidade deve ser tratada como uma das possíveis formas de superação da crise econômica do país, principalmente por seu potencial de produção de ciência e tecnologia. Verba para educação e pesquisa não é gasto, mas sim, investimento.

A mais central das medidas anti-povo de Bolsonaro é a Reforma da Previdência. Defendida por meio de seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, é um projeto pronto preparado pelo Banco Mundial que foi pela primeira vez adotada na América Latina pelo ditador Augusto Pinochet durante o regime militar chileno e, tem como objetivo a extinção do regime social de repartição e a capitalização dos fundos previdenciários, colocando um montante na casa dos trilhões de reais nas mãos de bancos privados e grupos de investimento internacionais. Apesar de defendido a unhas e dentes, a Previdência Social não apresenta déficit. Apresenta, sim, um imenso montante de valores não pagos pelos empresários, que recebem anistias de dívidas e períodos centenários de pagamento (como os 115 anos que Luciano Hang, dono da Havan, terá para quitar suas dívidas).

Essa somatória, sim, tem um impacto negativo nas contas, porque os empresários estão descontando a contribuição previdenciária das folhas de pagamento, mas não estão pagando o que devem: estão lucrando com a nossa aposentadoria e usando isso de desculpa para acabar com ela. Em suma, é o fim da aposentadoria como direito de todos, uma medida que vai impactar principalmente a juventude que está entrando na idade economicamente ativa, mas não tem sequer a perspectiva de um emprego formal no seu horizonte.

A Reforma da Previdência ser o carro-chefe do governo não nos surpreende: é o único ponto de acordo entre todos os setores da burguesia nacional e internacional e em todos os outros o governo e os setores patronais estão tendo dificuldades. **Derrotar a Reforma da Previdência é derrotar o governo Bolsonaro enquanto pacto temporário das classes dominantes, uma vez que a própria eleição do Bolsonaro foi a única forma da burguesia conseguir dar andamento a esse projeto dentro das instâncias democráticas.** Contudo, Bolsonaro em si não

tem poder de articulação ou coesão dentro governo. Mais do que uma insuficiência pessoal, isso demonstra a diferenciação dos setores da direita e dos distintos interesses que se unificaram em torno dessa candidatura e que hoje disputam os rumos do governo em todas as demais pautas.

No meio de todos esses ataques, foram divulgadas conversas internas entre o atual Ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o procurador Deltan Dallagnol, chefe do grupo de trabalho da Operação Lava Jato, demonstrando o óbvio direcionamento político da operação. Os resultados claros da Lava Jato, para além da prisão sem provas do ex-presidente Lula, demonstram também o vínculo com interesses externos: a tentativa de criar uma “Fundação” da Lava Jato, capacitada com 2,5 bilhões de reais em recursos recuperados, alinhada aos mesmos setores que influenciam Sérgio Moro; os ataques à Petrobrás, com vistas à desmoralizar a estatal frente à opinião pública e facilitar sua privatização; as manobras de judicialização da política, utilizadas no mundo todo para favorecer as mudanças institucionais e eleitorais em prol da extrema-direita, colocando o Brasil no eixo da “luta contra a corrupção” anunciada pelas políticas dos EUA, tática amplamente utilizada de terrorismo econômico.

A organização de uma Greve Geral em apenas 6 meses de governo demonstra uma gigantesca insatisfação popular. No último mês centenas de milhares foram às ruas dando prova de sua força e criatividade. O MUP participou desse processo de norte a sul do Brasil, contribuindo para a resistência e apontando a necessária articulação de um contra-ataque; mais que a rejeição ao governo é urgente a sua superação em torno de um projeto da classe trabalhadora.

Os sucessos dos dias 15/05 e 30/05 demonstram a força da mobilização feita pelas entidades estudantis, sindicais e populares para a construção de uma resistência eficaz e devemos avançar para que esses espaços também sejam de formulação de alternativas concretas. Projetos verdadeiramente populares não irão brotar de gabinetes parlamentares e os momentos de ascensão de massas devem ser aproveitados para o mais amplo debate dos rumos do nosso país.

A construção da Greve Geral no dia 14 de junho se mostrou um desafio ainda maior, exigindo mais do que indignação e sim uma **classe trabalhadora organizada nos seus instrumentos de luta, sindicatos, entidades estudantis, movimentos populares**. Vimos todos esses instrumentos funcionarem, mas ainda de forma insuficiente: muitos sindicatos não

conseguiram mobilizar suas bases para a Greve Geral e os patrões abusaram das ameaças para desmobilizar nossa classe.

A escalada de repressão às manifestações, bloqueios de rua e paralisações também demonstra o desespero da classe dominante no país: a pauta da Greve Geral, a derrubada da Reforma da Previdência, é o grande medo do governo e dos empresários e eles estão dispostos a tudo para coagir e amedrontar os trabalhadores e a juventude nesse cenário de luta. **Seremos derrotados se nossos instrumentos de luta não estiverem a altura de organizar o povo trabalhador e sairemos vitoriosos se conseguirmos avançar de forma combativa e organizada através deles.**

Em frente a esse cenário, é essencial que o próximo grande passo para a organização das lutas se dê no 57º Congresso da União Nacional dos Estudantes. O Brasil é um dos poucos países da América Latina que conta com uma entidade de representação geral dos estudantes em nível nacional; não à toa, são grandes os esforços da extrema direita em liquidar a UNE, pois reside nela o potencial de mobilizar e organizar os estudantes de um país de proporções continentais, cuja posição é chave para o ciclo de reprodução do capital internacional. Sendo assim, é preciso colocar a UNE a altura das necessidades que lhe são exigidas pela conjuntura, efetivando todo o seu potencial organizativo e mobilizador de massas. É a sua capacidade de envolver a todos os estudantes em torno de um projeto radicalmente popular que a torna ainda mais temida por aqueles comprometidos em destruir a educação.

Outras iniciativas também são fundamentais, para uma integração do movimento estudantil com o movimento social em geral no país. Saudamos aqui a construção do Fórum Popular, Sindical e de Juventude Pelos Direitos e Liberdades Democráticas, que tem congregado inúmeros setores combativos em um processo de reorganização e rearticulação da classe a partir de suas bases.

Nossas tarefas agora, são de reorganização da juventude e dos trabalhadores para a luta contra o governo ultraliberal de extrema-direita de Bolsonaro. Temos como meta a realização, o quanto antes, de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora e dos Movimentos Sociais (ENCLAT) para organizar nossa resistência e avançar para uma contraofensiva, construindo o Poder Popular no rumo do socialismo!

Contra as guerras e a intervenção imperialista em países soberanos!

Toda a solidariedade ao povo venezuelano e à Revolução Bolivariana!

Unidade para derrotar a Reforma da Previdência!

Contra os cortes e as privatizações!

Taxação dos lucros e dividendos do grande capital!

Fortalecer o Fórum pelos Direitos e Liberdades Democráticas!

Construir o Encontro Nacional da Classe Trabalhadora e dos Movimentos Sociais (ENCLAT)

Recuperação do setor de petróleo e gás através da reestatização da Petrobras!

Revogação da EC95 (congelamento de gastos)!

Educação e Universidade Popular

O governo Bolsonaro declarou guerra à educação! Sua política antinacional e antipopular ataca a educação pública, mantendo a EC95, cortando orçamento e intervindo em reitorias, e também os estudantes do ensino privado, cortando o ProUni, o FIES, o PIBID e outras bolsas. Ameaça a formação da juventude e também a pesquisa nacional, subordinando nosso país à produção de ciência e tecnologia estrangeiras.

A situação da educação brasileira reflete o aprofundamento de um projeto pautado pela precarização e tecnicização em todos os setores, já existente há anos. Desde a educação básica, insuficiente e sucateada, até a pós-graduação, vemos cortes orçamentários que ameaçam o fechamento de inúmeras unidades de ensino, desde escolas até universidades inteiras. Para impor esse processo, Bolsonaro e seu Ministro da Educação Abraham Weintraub têm imposto interventores nas universidades federais, desprezando as eleições feitas por estudantes e trabalhadores e atentando contra a autonomia universitária.

A Emenda Constitucional 95, aprovada em 2018, congela os investimentos do governo em várias áreas, incluindo saúde e educação, por 20 anos. Efetivamente, o que vemos é a projeção de uma redução em valores reais nesses mesmos setores. É a EC95 que o governo utiliza para justificar os inúmeros cortes realizados nos últimos meses, como o de 30% em verbas discricionárias nas universidades federais, totalizando 2,2 bilhões de reais, além dos 2,4 bilhões de reais cortados dos investimentos em educação básica.

Mesmo o acesso ao ensino privado, realizado em larga escala durante os governos do PT, está ameaçado, com reduções nos programas do ProUni e do FIES. Isso visa a impedir ainda

mais uma formação universitária para a classe trabalhadora, principal clientela das universidades privadas.

Os principais interessados nessas políticas são os bancos e os grandes conglomerados da educação, que nos últimos anos se tornaram monopólios integrados do capital da educação e bancário. O projeto de educação defendido por eles é o de uma educação 100% privada, em todos os setores, parcialmente financiada com dinheiro público através de vouchers para educação, inclusive para o ensino fundamental e médio. Essa privatização também deve ser proposta no modelo das Organizações Sociais, empresas privadas que administram, segundo a lógica do mercado, as instituições públicas de ensino, como já é comum no caso do atendimento básico em saúde. De um jeito ou de outro, o que vemos é a educação e a verba públicas dadas de bandeja para as empresas privadas administrarem segundo a lógica do lucro e não do atendimento à população e do desenvolvimento do país.

Outro setor ameaçado por essa mesma política é a pós-graduação e seu vínculo com a pesquisa e desenvolvimento de ciência e tecnologia. Esse setor tem uma importância estratégica para um desenvolvimento nacional independente e soberano, que afaste o Brasil da dependência de pesquisa e tecnologia estrangeiras. Além disso, o financiamento totalmente público dessa área é a única garantia de que possamos ter uma pesquisa ligada diretamente aos interesses populares, servindo à classe trabalhadora, e não aos grupos empresariais que avidamente tentam capitanear essa pesquisa para interesses próprios através de investimentos privados.

Vivemos uma conjuntura de imensos ataques à educação e nossa tarefa principal agora é defender as conquistas que tivemos ao longo da nossa história. O financiamento público e o acesso gratuito às universidades públicas têm que ser defendidos com absoluta centralidade. Não podemos dar nenhum passo atrás nesse sentido! Devemos repudiar qualquer proposta de privatização por dentro, como o financiamento empresarial, derrubar todas as propostas de cobrança de mensalidade e intervenções do MEC na condução das universidades.

Nas universidades privadas, devemos defender os alunos e trabalhadores! A manutenção dos programas do ProUni e do FIES, que já são limitados, é condição necessária para a permanência de milhões de brasileiros no ensino superior e não vamos tolerar cortes nesses programas. Da mesma forma, temos que batalhar pela manutenção dos cursos que não dão lucro aos grandes conglomerados e pela regulamentação da modalidade de Ensino à Distância, que não deve ser generalizada, porque sucateia o ensino e precariza o trabalho docente.

É fundamental defendermos todas as políticas de acesso e assistência estudantil que estão ameaçadas. Defender as cotas raciais e sociais, os restaurantes universitários, as bolsas-permanência, os repasses do PNAES, o PIBID e o PIBIC e todos os demais programas que o Ministério da Educação tenta cortar. Sabemos que eles ainda não são suficientes para todos os estudantes, mas devemos defender as conquistas que tivemos até aqui.

O momento de defensiva exige de todos uma grande unidade entre todos aqueles que defendem a educação pública. Precisamos unir todas as forças na rede do Movimento Estudantil, em conjunto com sindicatos e movimentos populares, para esse momento de resistência. **Entendemos, também, que todas essas lutas e conquistas não são isoladas, mas que devemos colocá-las sempre na perspectiva de um outro projeto de educação: a Universidade Popular.**

Na Universidade Popular, a produção de conhecimento, o desenvolvimento de pesquisa e a inovação tecnológica deverão estar vinculados à necessidade de superar os principais obstáculos ao livre desenvolvimento de todos e de cada um, denunciando as mazelas geradas pelo capitalismo e expondo as contradições de sua ideologia; a formação em nível técnico, de graduação e pós-graduação deve atender não a demanda pela administração e desenvolvimento da sociabilidade burguesa, e sim a de ter profissionais tecnicamente preparados e críticos, comprometidos com um projeto emancipatório e revolucionário.

Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade!

Em defesa dos estudantes do ProUni e do FIES!

Em defesa de políticas de assistência estudantil advindas de recursos públicos diretos!

Em defesa da pós-graduação! Por uma Ciência e Tecnologia para o povo brasileiro!

Em defesa da extensão popular: universidade pública voltada para a população!

Garantia dos 50 por cento do pré-sal para a educação

Retirada da educação e investimentos públicos da meta fiscal

Defesa das cotas raciais e sociais

Pela Universidade Popular!

Movimento Estudantil

A União Nacional dos Estudantes é a maior organização estudantil da América Latina e tem uma belíssima história de resistência e luta que nos enche de orgulho. Desde a sua fundação

esteve presente em diversas lutas do povo brasileiro, pelos direitos da juventude e trabalhadores, pela soberania nacional e nem mesmo a ditadura militar foi capaz de nos parar. Até nos momentos mais difíceis a entidade dos estudantes brasileiros, não se rendeu a repressão e marchou bravamente ao lado daqueles que defendiam a democracia.

Resgatar a história e o legado da nossa entidade é fundamental, mas é nossa tarefa lutar para reerguer a UNE no presente! Somos diversos estudantes, que no seu cotidiano constroem entidades de base, o dia-a-dia nas universidades e se engajam na construção da UNE, vestem sua camisa e apostam com firmeza e em seu fortalecimento pela base. Mas acreditamos que o sucesso para qualquer construção coletiva, provem também dos balanços e aprendizados que adquirimos com o nosso histórico de luta e organização no movimento estudantil. **Avaliamos que, infelizmente, no último período a entidade esteve engessada, sem aprofundar no debate da construção de um programa estratégico para educação e universidade com a ampla maioria dos estudantes brasileiros. E deve ser nossa principal tarefa coletiva colocar a UNE em consonância com os estudantes, suas lutas e formulações. As últimas mobilizações estudantis dos dias 15/05 e 30/05 demonstraram que a União Nacional dos Estudantes é a única entidade capaz de trazer milhares de estudantes para as ruas, calando principalmente os setores que tentam deslegitimá-la. Mas, dentro dessa conjuntura, precisamos de ainda mais! Queremos uma entidade massificada, capilarizada, que supere as políticas de cúpula e esteja presente nas lutas cotidianas dos jovens em cada uma das instituições de ensino de superior brasileira, que tenha capacidade sistematizar as demandas da base dos estudantes e apresentar propostas que confrontem o programa educacional do atual governo.**

Queremos uma UNE feita pelos milhares que se somaram à construção dos dias 15 e 30 de maio, para que a sua construção e defesa seja tarefa de todos, não apenas de sua diretoria executiva. A UNE somos todos nós!

Para nos fortalecermos na disputa contra o governo Bolsonaro e sua agenda neoliberal, **Precisamos que UNE defenda um projeto ousado, que unifique os estudantes em torno da construção de uma Universidade Popular, comprometida com uma nova alternativa para a educação, que batalhe em defesa da soberania nacional, alinhada com a produção de ciência e tecnologia para a classe trabalhadora, engajada na prática de extensão junto aos movimentos sociais e paute a ampliação e garantia da autonomia universitária.**

Para tornar a UNE cada vez mais ampla é fundamental melhorar o diálogo e interação com as entidades de base, construindo uma verdadeira rede nacional capaz de dirigir e fortalecer o movimento estudantil brasileiro. Para isso é fundamental lutar pela autossuficiência, inclusive financeira, das entidades estudantis, sobretudo das UEEs, garantindo a elas o repasse financeiro e a liberdade para elaborar suas próprias carteirinhas. Fortalecer as entidades locais, CAs, DAs, DCEs e Executivas de Curso é fortalecer a UNE e a luta dos estudantes!

A defesa de uma educação pública, de qualidade e popular é internacional, assim como dos direitos da juventude e trabalhadores é internacional! A UNE precisa não só participar de atividades de integração latinoamericana, mas também estimular que suas bases reflitam sobre os avanços neoliberais na educação em nosso continente. **Devemos fortalecer o elo dos estudantes brasileiros com a OCLAE, Organização Caribenha e Latinoamericana de Estudantes, ampliando nossa participação nos espaços da entidade, mas também assumindo tarefas importantes, como retomar as campanhas e atividades de solidariedade internacional com mais fôlego no próximo período, além da divulgação e compartilhamento de materiais da OCLAE nas instituições de ensino.**

É essencial que o próximo grande passo para a organização das lutas se dê no 57º CONUNE. Seremos derrotados se nossos instrumentos de luta não estiverem à altura de organizar o povo trabalhador! A UNE precisa responder às necessidades que lhe são exigidas pela conjuntura, efetivando todo seu potencial organizativo e mobilizador de massas. É sua capacidade de envolver todos os estudantes em torno de um projeto radicalmente popular que a tornará ainda mais temida por aqueles comprometidos em destruir a educação!

Contra a CPI da UNE! Pela livre organização dos estudantes e do movimento estudantil!

Democratizar as estruturas da UNE! Por um conselho fiscal com participação das entidades de base!

Mais diálogo e repasse financeiro para as UEEs e entidades locais!

Fortalecimento dos CAs, DAs, DCEs, Executivas e Federações de Curso!

Retomar as campanhas de alfabetização de trabalhadores!

Pela construção e fortalecimento da OCLAE!